

Processo n.º: 1.208.089
Natureza: Denúncia
Denunciante: Pietro E-Commerce Ltda.
Órgão: Prefeitura Municipal de Coluna
Responsáveis: Nilson Rocha dos Santos (Prefeito) e Jéssica Monteiro de Moura (Agente de Contratações)
Procurador: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira (OAB/SC n.º 56.822)
Referência: Pregão Eletrônico n.º 01/2026 (Processo Licitatório n.º 11/2026)

À Secretaria da Segunda Câmara,

Tratam os autos de denúncia, com pedido liminar, formulado por Pietro E-Commerce Ltda., em face do Pregão Eletrônico n.º 01/2026 (Processo Licitatório n.º 11/2026), da Prefeitura Municipal de Coluna, cujo objeto é o:

“Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de pneus novos, protetores e câmaras de ar, e a eventual e futura contratação de serviços especializados de alinhamento, balanceamento, cambagem e serviços de reforma (recapagem/recauchutagem) de pneus, destinados à frota de veículos leves, pesados e máquinas rodoviárias de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Coluna/MG” (item 01 do edital, peça n.º 03).

A denunciante sustenta, em síntese, que a imposição editalícia de apresentação de Certificado de Regularidade no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

(IBAMA) em nome do fabricante ou importador, e, cumulativamente, do licitante, prevista no item 9.5.3 do ato convocatório, configuraria medida restritiva e ilegal, prejudicial ao caráter competitivo da licitação (peça nº 01).

Alega que a certificação é exigência que se impõe somente aos fabricantes e importadores nas hipóteses de licitação para aquisição de pneumáticos, conforme disposto na Lei n.º 6.938/81 e na Resolução do CONOMA n.º 416, de 30/9/09. Por fim, requer a concessão de medida liminar para retificação do edital.

Cumpre destacar que a presente denúncia deu entrada neste gabinete em 16/3/26, sendo que a sessão de abertura do pregão estava designada para o dia 24/02/26.

Sobre este ponto destaco primeiramente que, tendo em vista o cenário social, econômico e político em que nos encontramos, qualquer interpretação que advogue contra o meio ambiente deve ser vista com cautela, sobretudo se considerando o enfoque conferido à matéria pela Constituição da República, que reverbera por todo o ordenamento jurídico.

Nos termos da Lei n.º 12.305/10, na qual se institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pneus devem estruturar e implementar sistemas de logística reversa, isto é, providenciar o recolhimento dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para a sua destinação ambientalmente adequada.

Para controle e monitoramento dessa diretriz pelo IBAMA são utilizados os dados constantes do Cadastro Técnico Federal, no qual são obrigadas a se inscrever as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam

a atividades potencialmente poluidoras e ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente e, ainda, à extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Assim, verifico que a exigência de certificação do órgão ambiental competente alinha-se à diretriz da sustentabilidade ambiental, contemplada no art. 5º da Lei 14.133/2021, visto que é utilizada pelo IBAMA, em conjunto com outros dados oficiais, para consolidar anualmente as informações sobre a destinação de pneumáticos inservíveis, além de garantir que os produtos adquiridos se encontram em consonância com os padrões de segurança e qualidade estabelecidos.

Ressalto que a redação do art. 4º da Resolução CONAMA n.º 416/2009 deixa claro que os fabricantes, importadores, reformadores e os destinadores de pneus inservíveis deverão todos, **cumulativamente**, inscrever-se no Cadastro Técnico Federal – CTF perante o IBAMA. A norma contém referência explícita às diversas classes empresariais relacionadas aos pneumáticos:

“Art. 4º Os fabricantes, importadores, reformadores e os destinadores de pneus inservíveis deverão se inscrever no Cadastro Técnico Federal - CTF, junto ao IBAMA.”

Destaco, ainda, que o item editalício questionado não possui o caráter restritivo mencionado pelo denunciante, posto que permitiu a apresentação de certificação de fabricantes e importadores.

Portanto, em exame perfunctório, não vislumbro irregularidade capaz de ensejar a suspensão liminar do procedimento licitatório e indefiro o requerimento de medida cautelar.

Intimem-se as partes, por meio eletrônico.

Após, encaminhem-se os autos ao órgão técnico para análise técnica e, em seguida, ao Ministério Público.

Tribunal de Contas, em 17/3/26.

HAMILTON COELHO
Relator